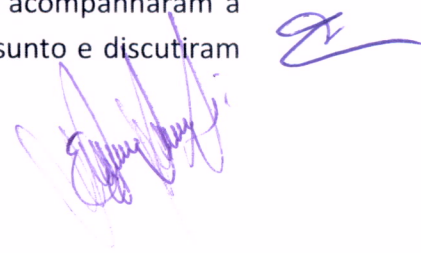
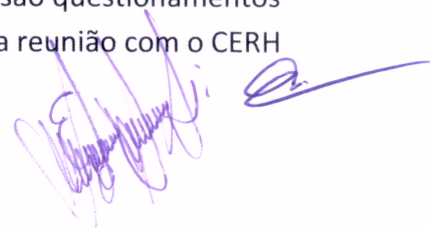


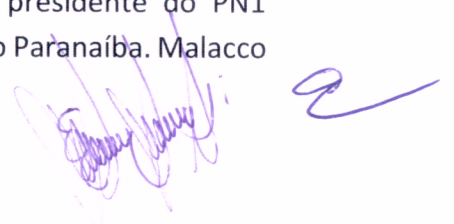
Ata da 4ª Reunião Extraordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba – CBHPN3 realizada aos 12 dias do mês de março do ano de 2019, às 09h45min na sala de reuniões da AMVAP – Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Paranaíba, situada na Av. Antônio Thomaz Ferreira Rezende, 3.180 – Distrito Industrial, Uberlândia/MG, com a instalação do quórum exigido no Regimento Interno do CBHPN3. Estiveram presentes os seguintes conselheiros titulares: Guilherme de Oliveira Bueno (IEF); Wanessa Rangel Alves (SEMAD); Ademar Franco Guimarães (EMATER); Elaine Aparecida Santos Oliveira (P.M. Araporã); Vanússia Sátiro Silva Franco (P.M. Ituiutaba); Sandro Domingues Parreira (P.M. Monte Alegre de Minas); Marco Túlio Machado Borges Prata (P.M. Uberaba); Maria Clara Machado Alessi Ferreira (P.M. Uberlândia); Fabianna dos Santos Müller (Usina Coruripe); Thiago Alves do Nascimento (FIEMG); Wéderson Nunes Cardoso (APRC Piedade); Dênio Drummond Procópio (CEMIG); Anamaria Moya Rodrigues (Hidrosal); Eurípedes Luciano da Silva Júnior (FONASC); Gustavo Bernardino Malacco da Silva (ANGÁ); Leila Ferreira de Rezende (AMEDI); Roberto Parente Correia (ARPA/ Santa Vitória) Luiz Henrique Martins (Neoambiente); Marisa Malfer de Moraes (OAB 44ª Subseção); Antônio Giacomini Ribeiro (ABES); Omar Felipe de Lelis (CREA) e os conselheiros suplentes: Eduardo Venâncio da Rocha (PMMG); Fernando Oliveira Franco (EPAMIG); Bruno Neto de Ávila (IGAM); Otalino Rodrigues Filho (SES); Eduardo Siquieroli (PCMG); André Luiz Borges (P.M. Araporã); Maurício Martins Lorena Filho (P.M. Santa Vitória); Edite Queiroz Santos Silva (SAE-Ituiutaba); Clarimério Mamede Ferreira (COPASA) e convidados Delmas Luiz Botta (Secretaria Municipal de Agropecuária, Agricultura, Abastecimento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Araporã); Paulo Henrique da Silva (PMMG Meio Ambiente); José Hermilon Floresta (APRC Rio Piedade); Otávio Moreira (Secretaria Municipal Meio Ambiente Ituiutaba) e Janahina Aparecida Borges (P.M. Centralina). O presidente Gustavo iniciou a reunião informando que havia quórum e prosseguiu com os itens de pauta. Comunicou aos presentes que os Sindicato de Produtores Rurais de Capinópolis e Sindicato dos Produtores Rurais de Monte Alegre de Minas receberam ofícios do Comitê, informando sobre alternâncias das cadeiras no Conselho, acatando o Regimento Interno. Informou que o comitê foi comunicado sobre as substituições dos representantes titular e suplente da SEMAD e suplente do IGAM no Conselho. Quanto ao item 3 da pauta, Malacco falou sobre o histórico do processo desde 2018, quando o funcionário Deyvid do IGAM sinalizou pela formação do grupo de trabalho para a implementação da cobrança pelo uso de recursos hídricos e que esse grupo deveria ser formado juntamente com IGAM, PN1 e PN3. Gustavo informou que houve uma reunião entre as diretorias dois comitês em Monte Carmelo e dessa reunião resultou a Deliberação Normativa Conjunta nº01 de 25/02/2019 que institui o GTAC – Grupo de trabalho para discussão do processo de implementação da cobrança pelo uso de recursos hídricos e formato jurídico-institucional da Agência de Bacia nos Comitês Afluentes Mineiros do Baixo e do Alto Paranaíba. Os conselheiros acompanharam a leitura da mesma. Alguns conselheiros se manifestaram sobre o assunto e discutiram



sobre os métodos inovadores e aplicação direta da cobrança, pois a mesma é submetida à regulamentação do estado. Dênio esclareceu que a compensação financeira paga mensalmente aos estados e aos municípios que tiveram áreas alagadas, é um valor pago pelas usinas hidrelétricas pela exploração dos recursos hídricos para fins de geração de energia e corresponde a 7% da energia gerada. Os conselheiros Thiago, Marco e Giacomini fizeram observações sobre o tema e por unanimidade, os conselheiros foram favoráveis à Deliberação Conjunta. Gustavo disse que os segmentos teriam alguns minutos para se reunirem e indicarem os representantes para a composição do GTAC. Logo após o presidente encaminhou as indicações para aprovação e por unanimidade foi aprovada e as indicações serão registradas em deliberação. Os membros do GTAC são, portanto, pela diretoria do comitê PN3, a Associação para a Gestão Socioambiental do Triângulo Mineiro – ANGÁ; sociedade civil, a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental Seção Minas Gerais – ABES; usuários de recursos hídricos, a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG; poder público municipal, a Prefeitura Municipal de Monte Alegre de Minas; e o Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM. Seguindo os pontos de pauta, Gustavo disse que a diretoria do PN3 tinha deixado um prazo para que os conselheiros enviassem sugestões para o Plano de Trabalho da Diretoria na gestão 2018/2020 apresentado na eleição como gestão 2018/2019, mas devido a alteração do Regimento Interno, prorrogou-se para 2020. Salientou que duas sugestões foram enviadas, uma da OAB através da conselheira Marisa e da AMEDI, através da conselheira Leila. Informou que as contribuições foram contempladas no Plano de Trabalho. Salientou que referente a penúltima proposta do Plano, o PN3 não possui uma estrutura técnica para executar a proposta, mas que o comitê está buscando uma forma de captar recursos junto ao CBH Paranaíba para a execução. Informou que um dos assuntos de pauta da reunião do CBH Paranaíba do dia 19 próximo será essa questão, convidou os conselheiros que participassem. Os conselheiros aprovaram por unanimidade o Plano proposto. Gustavo informou que a diretora geral do IGAM, Marília, informou na 58ª reunião do Fórum Mineiro, que o orçamento que deve ser disponibilizado para que os comitês de bacias executem os planos de trabalhos, está sendo adequado. Disse que o assunto da barragem de Brumadinho foi muito discutido na reunião e que muitos parlamentares, tanto da situação como da oposição, estiveram presentes, interessados na questão dos recursos hídricos e sentiu que os comitês provavelmente terão agendas dentro da Assembleia Legislativa. Gustavo informou que foram criadas comissões relacionadas aos assuntos do meio ambiente. O conselheiro Marco Túlio falou que participou da reunião do Fórum e informou que foram discutidos assuntos sobre barramentos como licenciamento, outorgas, projetos e que conversou com um promotor ligado ao meio ambiente e que duas moções relacionadas ao assunto foram inseridas no contexto. Informou que muitos servidores do Secretaria do Meio ambiente estão sendo questionados sobre os rompimentos das barragens, porém a opinião pessoal dele é que são questionamentos injustificáveis. Informou ainda que dia 12 de dezembro houve uma reunião com o CERH



e que foi assinado o documento com a entidade (OSCIP) que fará a gestão do PN3. Salientou que acredita que com o governo atual, as demandas dos comitês de bacias serão mais fáceis e ágeis para serem executadas. A conselheira Anamaria sugeriu que o comitê convidasse engenheiros ligados ao meio ambiente para uma capacitação dos conselheiros quanto ao assunto de barragens e salientou que a mídia informou que a barragem de Brumadinho estava inativa e que essa informação é uma inverdade. Sandro também disse que participou da reunião do Fórum e que basicamente os assuntos discutidos foram já falados e comentou sobre os recursos de 92,5% e 7,5% direcionados aos comitês de bacias. Marco Túlio disse que estão fazendo alguns ajustes tanto na Procuradoria do Estado como na Casa Civil. O vice-presidente do PN#, Antônio Giacomini, informou que participou da 4ª reunião da Câmara Técnica de Integração do CBH Paranaíba nos dias 05 e 06 de fevereiro, em Goiânia/GO, salientando que o CBH Paranaíba mesmo possuindo suas instâncias deliberativas, criou a CTI para que os comitês estaduais ficassem integrados, porém a realidade dos comitês estaduais é diferente de um para o outro e comentou que alguns comitês estão bem articulados e avançados com a questão de projetos e que outros estão aquém. Indicou que isso é devido a alguns já terem recursos da cobrança de uso da água. Informou que o PN2 já possui agência de cobrança e as secretarias executivas dos comitês PN1 e PN3 ainda por não possuírem agência de cobrança, contam com um certo apoio administrativo do Estado e da parceria da AMVAP. Giacomini informou que a Agência Nacional de Águas está pressionando o CBH Paranaíba quanto a sustentabilidade da água e que não tem como agir se não for disponibilizado recursos para os comitês trabalharem. Informou ainda que na Assembleia do CBH Paranaíba ficou decidido que os recursos deverão ser destinados a projetos por demanda espontânea, mediante edital, e que o objetivo do edital é a seleção de projetos que sigam os critérios exigidos, os quais promovam impactos positivos, qualitativos ou quantitativos, relacionados aos recursos hídricos e ecossistemas aquáticos, que estejam alinhados com o Plano Diretor dos comitês. Informou que o recurso para os três comitês estaduais é de R\$736.000,00. Disse que as Prefeituras, universidades, sociedade civil, associações e outras entidades, poderão enviar os projetos que passarão pela câmara técnica do comitê, a qual verificará se o projeto estará de acordo com o Plano do comitê, porém a aprovação dos projetos não será feita pelos comitês. A CTI do Paranaíba e ABHA que trabalharão nesse quesito. Informou que na reunião também foi discutido sobre a representatividade na CTI, pois pela legislação, a representatividade deve ser espacial e por segmentos, porém a junção das duas coisas não contempla a legislação e que esse assunto voltará a ser discutido na próxima Assembleia do Paranaíba. Gustavo Malacco salientou que foi criado um Grupo de Trabalho referente ao edital citado anteriormente e falou que deve ser levado à reunião do Paranaíba a questão do PN2 ter recurso de cobrança e pleitear parte do recurso disponibilizado a projetos, pois não acredita ser justo o pleito já que possui cobrança de uso da água. Informou ainda que inicialmente o presidente do PN1 concorda com essa opinião e que levarão essa proposta à reunião do Paranaíba. Malacco



pediu o apoio dos conselheiros sobre esse assunto e todos concordaram com as ponderações. Comentou que os projetos não serão executados pela instituição que o fará e que isso também é ruim para as instituições, pois não tem como uma instituição sem recurso elaborar um projeto e depois ficar à parte do mesmo, ou seja, sem poder executá-lo. Saliu que o ideal seria as instituições enviarem uma carta-proposta de como seria o projeto e o que iria englobar. Seguindo os itens de pauta, o conselheiro Thiago falou que foram eleitos o coordenador da CTIL-PN3 e o relator e que devido aos feriados prolongados de fim de ano a CTIL não tinha se reunido e ainda que o assunto da Deliberação do CERH referente a alteração do Regimento Interno foi conversado com todos os membros da CTIL e os mesmos aprovaram juntamente com a diretoria que o assunto passaria para esta plenária. Informou que as reuniões da CTIL serão realizadas de acordo com o cronograma das reuniões do PN3 e se houver algum assunto urgente, será chamada uma reunião extraordinária. Gustavo encerrou a reunião, desejando a todos bom retorno. Uberlândia, 12 de março de 2019. Seguem abaixo assinaturas do presidente Gustavo Bernardino Malacco da Silva e da secretária Elaine Aparecida Santos Oliveira. Presidente CBHPN3 – Gustavo B. Malacco da Silva.

Secretária CBHPN3 – Elaine Aparecida Santos Oliveira

